

PARA A COMPREENSÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA

TEXTO BASE

1. No quadro de uma crise do sistema capitalista português que agravou as contradições no interior do próprio fascismo, e ao fim de trze anos de guerra colonial, o M.F.A. lançou os fundamentos de uma nova ordem politica. Como explicar que um movimento politico-militar, constituído por oficiais do quadro permanente, tenha podido desencadear um processo que derrubando o governo marcelista acabou por derrubar tambem o fascismo? Que tipo de correspondencia se verificou entre o M.F.A., a crise do capitalismo e a luta das classes trabalhadoras portuguesas? Que classes trabalhadoras existem em Portugal? Qual a importancia e o papel do proletariado?

É na resposta a estas questões que deveremos buscar a compreensão adequada para a definição correcta de uma linha politica para o M.E.S. que se fundamente na situação de classes em Portugal.

2. A instauração em Portugal em 1926 de um regime militar que conduziu ao fascismo foi uma resposta dos sectores da burguesia (comercial e bancário), aos quais em breve se aliou a burguesia industrial perante a impossibilidade de a Republica Democrática garantir o efectivo controlo da luta dos trabalhadores no quadro da estabilidade politico-social necessária ao desenvolvimento desses mesmos sectores da burguesia.

A consolidação da vitória do 28 de Maio de 1926 e do fascismo português fundou-se em três factores cuja coesão se vai manter intacta até 1945:

a) sistema de alianças no apoio ao fascismo e ao corporativismo da burguesia (comercial, industrial, bancária e latifundiária) que se unifica perante a necessidade de um equilibrio social e politico e na organização da exploração desenfreada das riquezas e da mão de obra das colónias portuguesas (Acto Colonial, Exp. Colonial de 34, etc.) Este equilibrio explica o condicionamento industrial, a politica educativa salazarista, a emigração para Africa, a contenção do crescimento operário, certa estagnação dos mais importantes centros urbanos, etc. Para este equilibrio muito contribuiu a Igreja e toda a propaganda ideológica que girou à sua volta e fundada num apelo constante à "ordem", ao "trabalho", à "familia", à "paz dos espiritos".

b) no advento do sindicalismo corporativo que implicou simultaneamente a destruição do anarco-sindicalismo e a tradição da luta proletária, a contenção das lutas dos trabalhadores e a concretização de mecanismos de enquadramento fundados na repressão, no autoritarismo e na burocracia coporativa.

b) o ascenso do nazismo e do fascismo na Europa Ocidental e a derrota da revolução espanhola o que permitiu ao regime salazarista certo apoio internacional no período crucial da sua consolidação.

À conjugação destes factores devem somar-se a destruição das organizações operárias tradicionais e a política "frentista do P.C.P. que se constitui como dominante da acção política das oposições a partir de 35/36 o que impediu, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de relações sociais capitalistas e concretizar de uma luta revolucionária que unisse a exigua classe operária fabril ao proletariado agrícola e aos demais assalariados.

3. O triunfo das democracias burguesas em 1945, a tomada de consciência por parte da burguesia dominante do atraso social e económico do país, a necessidade de buscar novos apoios internacionais obrigaram as classes dominantes e o fascismo salazarista a alterar significativamente a orientação global que, até aí, tinham imposto ao país.

O lançamento das bases da reorganização económica do país (lei de electrificação, indústria petro-química, borracha, melhoramentos portuários e da rede rodoviária) como condição essencial para a realização de uma nova política económica centrada no desenvolvimento industrial foi acompanhado da tentativa de "promover uma nova face política" com a existência semi-legal do M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática), das eleições de Norton de Matos, etc.

Aquelas bases essenciais permitiram, na década de 50, ao sector industrial e bancário reforçar a sua situação no bloco social ~~em~~ dominante que lhe possibilitaria, anos mais tarde, o predomínio absoluto sobre os outros sectores da burguesia portuguesa.

De facto o tipo de implantação industrial que foi sendo realizado em Portugal a partir de 1850, muito centrado em unidades industriais de pequena dimensão e localizadas no geral na zona litoral coexistiu com um numeroso contingente de pequenas unidades de produção artesanal e familiar, com produtores isolados e com um grande número de pequenos comerciantes; estas circunstâncias implicaram um carácter complexo ao próprio desenvolvimento do capitalismo em Portugal o qual vai condicionar até aos nossos dias a expressão da luta de classes. Assim a existência de fortes mercados regionais (feiras, etc) a dependência da mão de obra industrial do trabalho agrícola (que funcionou quase sempre como "segundo" trabalho), a predominância de sectores industriais tradicionais (textil, bebidas, tabaco, vestuário e calçado) marcam fortemente o desenvolvimento das forças produtivas.

Por outro lado a coexistência de relações sociais capitalistas industriais e agrícolas (a sul do Tejo) com uma diversidade complexa de actividades agrícolas ligadas ao anterior regime senhorial e aristocrático (rendas, foros, etc) e a existência de numerosos pequenos

proprietários rurais, de rendeiros e "cultivadores" isolados confriu à globalidade da sociedade portuguesa um caracter altamente heterogeneo, complexo e diversificado que impediu o desenvolvimento claro, a partir do fim da segunda guerra mundial do processo capitalista.

É neste quadro que os I^{os} Planos de Fomento vêm jogar, na década de 50, um papel eminentemente reconvector na medida em que pela primeira vez em Portugal se procuram harmonizar quer as necessidades sentidas pelo capital industrial e bancário com a existencia de numerosas pequenas e médias industrias quer o pequeno e médio comércio centrado na comercialização da produção agricola com a actividade comercial de importação-exportação dominada na generalidade pelo capital bancário. Desta situação decorria a necessidade de descomprimir "politicamente" a população rural -na década de 50 a grande maioria da população - o que só foi possível concretizar, com a emigração para a Europa, na década seguinte.

As eleições de 1958 (Humberto Delgado) ao provocaram o maior e mais profundo período de instabilidade politica e social que o regime até aí conhecera, e que se prolongou até 1962, funcionaram sobretudo como impulso para o adoptar de um novo modo de actuação da burguesia dominante que implicou quer novas politicas de salários e novas tecnicas de racionalização da actividade produtiva quer todo um conjunto de modificações que se concretizaram no facilitar da emigração, na afirmação do "poder" do sector bancário, em novas politicas de crédito, etc.

Se a ultima metade da década de 40 lançou os fundamentos essenciais à nova industrialização do país, a década de 50 vê o afirmar progressivo do sector industrial no próprio sistema de alianças do regime.

4.0 inicio da " arrancada " final do desenvolvimento do capital industrial e bancário e do predominio das relações sociais capitalistas no conjunto da sociedade portuguesa consolida-se, fortalece-se e concentra-se no decurso da década de sessenta.

Este reforço se foi possível porque a exploração colonial permitiu uma acumulação de capital (sobretudo no sector comercial) indispensável ao investimento industrial não devemos esquecer que a procura de uma mão de obra barata e " dócil" por parte do capital estrangeiro contribuindo para a implantação de novas industrias (quimicas, eléctricas, automóveis, metalo-mecanicas, etc) foi tambem uma sua condição essencial. É o capital estrangeiro que, criando melhores condições de concorrência é acarretando a concentração industrial, acelera o processo capitalista em Portugal, integra o capital português no sistema imperialista.

A instalação da siderurgia nacional, os estaleiros navais, a conclusão, do aproveitamento das bacias hidrograficas para a produção de energia, o desenvolvimento das exportações das confecções, das conservas e

dos produtos em cortiça, vêm a ligar-se não apenas aos acordos celebrados com a EFTA mas também a uma política de turismo que visava a atração de divisas estrangeiras para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Entretanto em 1961 "rebenta" a guerra colonial...

Todo o desenvolvimento das forças produtivas em Portugal que se realizou a partir de 1885 se operou em íntima conexão quer com a exploração colonial quer com o apoio do capital internacional. Foi a exploração colonial que permitiu em Portugal o desenvolvimento do capital comercial, industrial e bancário de modo a possibilitar o processo de industrialização indispensável à manutenção do regime. Ora a debilidade relativa da burguesia portuguesa no quadro do imperialismo obrigou a que a exploração colonial se fizesse estreitamente ligada à dominação política cultural e ideológica dos povos coloniais. Este facto levava que qualquer processo de liberalização ou descolonização a aplicar aos territórios coloniais acarretasse o desaparecimento da burguesia portuguesa como instrumento importante na exploração colonial. A única saída para os povos das colónias era de facto a luta armada já que a manutenção de um determinado tipo de alianças entre a burguesia nacional e o salazarismo não comportava, em 1961, soluções neocolonialistas. A exploração colonial foi assim reforçada por um poder político telecomandado de Lisboa, repressivo e extremamente autoritário.

No entanto é a guerra colonial que vai provocar a quebra do sistema de alianças ao regime...

A guerra colonial obrigou também ao desenvolvimento daqueles sectores da produção mais ligados ao apoio logístico do exército (vestuário, armamento e similares, conservas, têxteis, automóveis, etc) e permitiu que o fascismo e o domínio colonial servissem de trampolim para a intensificação da penetração imperialista em África. O isolamento político do fascismo é muito mais aparente do que real. Jamais faltaram créditos externos aos projectos da burguesia portuguesa e o dilema ou África ou Europa não passava de facto de demagogia para esconder a integração de Portugal no bloco imperialista. No quadro do sistema capitalista internacional, o capitalismo português é sobretudo um capitalismo subalterno e dependente e por isso ele é um país colonizado mas ao mesmo tempo colonizador e sobretudo a burguesia portuguesa dispõe de um aparelho político e militar suficientemente forte para policiar os ataques ao imperialismo nos territórios africanos.

5. A guerra colonial, o desenvolvimento do capital industrial, a reconversão operada pela necessidade de competir no quadro dos sistemas europeus de integração económica e o papel dinamizador do capital financeiro vão engendrar no decurso da última década um importante conjunto de transformações na sociedade portuguesa que acarretarão no aparelho polí-

tico, na luta de classes e na correlação das forças sociais alterações significativas.

Com efeito nestes últimos anos acelerou-se o crescimento urbano que acompanhou não apenas o desenvolvimento industrial como a importância dos sectores de actividade ligados ao sector terciário; iniciou-se o despovoamento das zonas rurais que veio agravar uma crise crónica da actividade agrícola portuguesa; acelerou-se o crescimento do operariado fabril, dos trabalhadores dos transportes e comunicações e dos demais assalariados; acentuou-se a importância do capital estrangeiro quer actuando no seio das multinacionais quer associado-se ao capital nacional. Nos últimos anos consolidou-se a descompressão social e política das populações rurais quer com as remessas dos emigrantes quer com a elevação dos salários agrícolas e com a industrialização de parte da produção agrícola (frutas, concentrados, vinho, etc).

A escolha de Marcelo Caetano como sucessor de Salazar e a equipa de tecnocratas liberais de que se fez rodear nos primeiros tempos culmina o processo de triunfo do capital financeiro que, já solidamente implantado em Portugal, integrado no sistema imperialista que o apoia, o serve e o utiliza nas colónias, está finalmente em condições de dispensar a aliança com os sectores decadentes da burguesia (pequenas e médias indústrias), com a burguesia agrícola e com os sectores da indústria tradicional. A crise dos têxteis em 1968, o IIº Colóquio de política industrial, a crise da exportação conserveira, a crise do comércio dos vinhos são expressões desta rotura.

O agravar do conflito colonial, a impossibilidade de uma vitória militar e a falta de resposta do marcelismo para esta problemática essencial da burguesia portuguesa vieram agravar, por outro lado, as contradições internas nas classes dominantes.

Até meados da última década os períodos de luta das classes trabalhadoras portuguesas coincidiram no geral com os períodos da luta política, em torno dos períodos eleitorais, na base da unidade antifascista (MUD, H. Delgado, eleições de 61). O "frentismo", a colaboração entre classes com interesses históricos diversos fundava-se de resto no próprio processo do sistema capitalista português. No entanto a partir de 1964/5 o próprio desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial envolveu não apenas a inevitabilidade de uma luta das classes trabalhadoras totalmente independente da unidade anti-fascista como também o surgir de opções não frentistas e antireformistas. Nos últimos anos da última década à medida em que se concretiza a rotura no interior das classes dominantes concretiza-se também a rotura com a unidade anti-fascista. Com efeito em 1969 a CDE de Lisboa ao definir a possibilidade de uma opção socialista fundada numa prática política de base, em que os sectores sócio profissionais e as condições concretas de intervenção local, tinham um

um peso fundamental vibrou importante golpe nas concepções políticas reformistas que faziam da unidade anti-fascista um instrumento que escamoteava de facto as transformações por que havia passado a sociedade portuguesa. A rotura no bloco social dominante correspondia assim a rotura na prática política das oposições. De resto os tradicionais aparelhos políticos da oposição revelaram-se incapazes de elaborar uma alternativa política às novas condições em que, no início da década em que vivemos, se desenvolvia a luta de classes. A perda de controle sobre classes trabalhadoras que começavam a movimentar-se espontaneamente mede-se pela persistência do PCP numa linha política que nada tinha a ver (como não tem agora) com o estágio da luta de classes que o desenvolvimento das forças produtivas determinou.

6.0 eventual aproximar de uma derrota militar, a falência do grande empreendimento das classes dominantes centrado na guerra colonial e no domínio político dos territórios e das populações africanas, a lembrança do fracasso de Goa, o esgotamento das soluções militares, o desgaste e o cansaço provocado por continuas comissões em África, o desprestígio da "função militar" e a recusa em ser "bode expiatório" de um regime obstinado, imóvel e inadequado a uma solução política para o problema colonial foram pouco a pouco quebrando e minando a coesão do aparelho militar essencial à manutenção quer da exploração colonial quer do próprio fascismo português.

Se o MFA surge com motivos em reivindicações de carácter profissional e corporativo a própria prática de discussão e luta colectiva impulsiona os oficiais do QP à radicalização política.

As mais recentes vitórias dos povos coloniais, a ausência de perspectivas para a solução do conflito, a incapacidade marcelista, a repressão ao próprio movimento são factores que vêm colocar ao próprio movimento a necessidade de derrubar o governo como condição prévia para uma solução política do problema colonial.

Por outro lado no bloco social dominante em Portugal e sobretudo no sector mais dinâmico e "esclarecido" (o capital financeiro) um dilema vinha ganhando cada vez maior relevância e consistência: ou continuar a apoiar um regime que a médio prazo obrigava a perder posições em África e na Europa à classe dominante ou favorecer uma alternativa política que permitindo a manutenção do seu domínio interno permitisse também a mudança das formas de exploração colonial.

Se o MFA não reflecte directamente este dilema das classes dominantes, porque sobretudo ele constitui-se numa base profissional pouco permeável a manobras directas do capital, não é menos verdade no entanto que a deterioração interna do apoio ao regime reforçada pelas lutas cada vez mais numerosas e radicais das classes trabalhadoras nos últimos meses criaram condições para a acção transformadora do MFA.

A crise de energia, o processo inflacionário em curso no sistema capitalista e que ganhava em Portugal novos aspectos graças às despesas militares e à alta vertiginosa do custo de vida, o processo de decomposição interna do marcelismo imbricado na crise do capitalismo português, amadureceram as condições que permitiram o triunfo do MFA.

O que em 25 de Abril está em causa é uma saída lógica para o capitalismo português quer no que respeita ao fundar de novas formas de exploração colonial quer no que toca ao alicerçar de um novo regime político que garantisse o pleno desenvolvimento do capitalismo industrial ao mesmo tempo que esse mesmo regime garantia o controlo do processo da luta de classes no quadro da democracia burguesa.

O papel das massas populares e das classes trabalhadoras nos dias que se seguiram ao triunfo do MFA se obrigou à radicalização do processo de destruição de boa parte das estruturas do fascismo veio trazer para a luz do dia a expressão das contradições da classe que, até ao momento, não foram superadas no quadro do colaboracionismo político e social dos Governos Provisórios. Isto é o papel que o PSP e o PCP foram chamados a desempenhar no GP correspondia e corresponde à necessidade da burguesia dispor de aparelhos de controle da movimentação da classe operária e dos trabalhadores. No entanto a colaboração pedida aos aparelhos reformistas se tem produzido certos frutos no espartilhar das lutas que os trabalhadores tem levado por diante graças ao apoio dos meios de comunicação social (imprensa e TV) e ao prestígio e influência da ideologia reformista do PCP não tem podido impedir as classes trabalhadoras de desencadear lutas e processos de reivindicação que a burguesia não pode comportar e que os aparelhos políticos reformistas não enquadram. Como explicar esta situação?

7. O conjunto dos assalariados portugueses constitui cerca de dois terços da população total activa. A grande maioria dos assalariados portugueses é de recente formação. A classe operária fabril que de 1900 a 1950 cresceu apenas cerca de 2% aumentou entre 1950 e 1970 cerca de 17%. O proletariado industrial que hoje constitui 1/3 da população total activa é no entanto composto por uma larga maioria de operários ligados à produção industrial tradicional ou à construção civil; quer um quer outro sector assentam, na grande maioria dos casos, em pequenas e médias empresas. No que toca à construção civil há que notar que o incremento deste sector se realizou nos últimos quinze anos e que dele dependem mais de 300.000 operários disseminados ao longo do litoral do país ou trabalhando em "unidades" dispersas. O número de operários fabris é de facto superior a um milhão de indivíduos mas a sua recente formação, a sua ligação recente ao trabalho agrícola, a ausência de uma prática de classe autónoma, a ignorância e a falta de consciência de classe, a inexistência de estruturas organizadas onde a prática colectiva seja o cimento a unificar numa movi-

mentação colectiva as lutas parcelares são factores que impedem de facto um movimento de massas liderado pelo proletariado industrial. De resto é exactamente nos sectores de mais antiga formação e onde é maior a experiência de luta que mais se faz sentir a influencia dos aparelhos reformistas.

Por outro lado uma massa de perto de meio milhão de proletários agrícolas encontra-se extremamente embricada, excepto nos Alentejos, com um numero muito considerável de produtores agrícolas isolados e com pequenos proprietários rurais, o que dificulta extremamente e no imediato o desenvolvimento de conflitos de classe nos campos. A diversidade da estrutura da propriedade agrícola, a indefinição das contradições entre assalariados e possuidores da terra agrava a possibilidade de uma aliança imediata entre o proletariado agrícola e industrial, sem passar pela aliança com os produtores isolados e com os pequenos proprietários.

Grande parte das classes trabalhadoras em Portugal é constituída no entanto pelos trabalhadores dos transportes e comunicações, mineiros, pescadores, serviços publicos diversos, empregados. Por outro lado a importancia dos trabalhadores por conta de outrem nos serviços (bancos, seguros, administração publica, comércio) é altamente considerável se nos lembrarmos que o seu numero ascende a 700.000 e que importantes fracções destes assalariados tem levado por diante, após o 25 de Abril, processos reivindicativos.

Ao considerarmos a necessidade de um movimento de massas em Portugal capaz de conduzir a uma luta que leve ao socialismo não podemos deixar de considerarmos factores estruturais que configuram ao processo da luta de classes uma indefinição e uma complexidade que tem a ver, no essencial, com o processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal.

8. Não parece poder ser possível ao M.E.S criar condições para contribuir para a dinamização de um movimento revolucionário de massas se não ouber definir e fazer avançar na prática politica um projecto politico, capaz de unificar num mesmo movimento de massas o proletariado industrial, o proletariado agrícola, os produtores isolados e os pequenos proprietários agrícolas, os trabalhadores dos serviços, os empregados e o funcionalismo publico.

Se o MES não conseguir fornecer uma contribuição fundamental na clara definição, de um conjunto de propostas a curto e a médio prazo capazes de mobilizarem, numa mesma luta, os trabalhadores portugueses deixará então campo aberto ao reformismo permitindo assim o enquadramento reformista e burocrático de sectores de trabalhadores "despolitizados" e por ora dispostos e receptivos a luta revolucionária.

A definição de um projecto politico alternativo, que parta de propostas concretas, quer à burguesia quer ao reformismo é a tarefa fundamental do MES pois ela é a condição essencial a um movimento de massas e ao papel importante que o M.E.S. pode vir a ter na luta de classes em Portugal.

A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL E A LUTA DOS TRABALHADORES

I- COMPREENDER A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

1.º O 25 de Abril abriu um momento político decisivo para o combate a todas as formas de exploração, opressão e dominação capitalistas em Portugal. De facto, avolumaram-se as condições para que um projecto político socialista se vá progressivamente construindo e afirmando na luta de massas, o que torna impossível continuar em formas de luta que se limitavam a uma mera articulação da luta reivindicativa fabril com a luta sindical e com outras lutas de camadas exploradas e oprimidas.

Assim surge a cada passo da actual crise política e das lutas concretas que os trabalhadores têm vindo a travar, a necessidade de organização de classe do proletariado e o avanço da sua luta autónoma no sentido da tomada do poder.

2.º Aquilo a que quase toda a gente chama fascismo é a maneira própria de dominação de classe da burguesia em Portugal, e isto porque a acumulação de capital, base de qualquer sociedade capitalista, sempre assentou e há-de continuar a assentar, entre nós, na sobreexploração dos trabalhadores baseada em salários de miséria, e numa exploração ainda mais intensa dos trabalhadores das Colónias.

3.º Esta forma de dominação de classe da burguesia, baseada numa máquina de Estado altamente autoritária e repressiva capaz de conter e "pacificar" as classes trabalhadoras e capaz de harmonizar os conflitos entre os capitalistas (embora garantindo uma progressiva hegemonia económica do capital financeiro), entrou em crise a partir da década de 60.

4.º Permitindo o avolumar desta crise existe ainda o facto de as massas operárias e camponesas não estarem "disciplinadas" no jogo democrático de partidos e organizações sindicais. No período de dominação fascista qualquer movimentação tinha imediatamente um carácter político, de afrontamento violento, que lhe era dado quanto mais não fosse, pela repressão imediata e implacável. Por isso, nos últimos tempos, o fascismo tentou timidamente apalpar o terreno permitindo um certo desenvolvimento dos sindicatos desde que os controlasse, tentando, deste modo, canalizar as lutas para a mesa de negociações. A combatividade que as classes operária e camponesa adquiriram nesses anos de luta difíceis, fez falhar tal projecto.

5.º Esta crise política que desembocou no 25 de Abril teve como motor fundamental a exploração e a guerra coloniais, as enormes conquistas conseguidas pelos povos das colónias na sua luta de libertação da dominação colonialista.

6.º A esta crise não é alheia a situação contraditória dos capitalistas portugueses no seio da burguesia imperialista, por um

lado numa situação altamente dependente e de fraqueza concorrencial pela diminuta massa de lucros que conseguem controlar , por outro lado, assegurando o domínio imperialista sobre inensas riquezas naturais, sobre uma importante massa de trabalhadores africanos , sobre posições político-militares estratégicas , através do seu domínio colonial sobre Guiné-Cabo Verde, Angola, e Moçambique.

7. Tudo isto nos leva a perceber que o domínio de classe da burguesia em Portugal só episódicamente pode assumir características democráticas , o que nos diz que a luta democrática consequente é necessariamente anti-capitalista.

8. Temos assim que à medida que for avançando uma solução para a crise colonial vai simultaneamente avançando o reforço do autoritarismo e do carácter repressivo do poder da burguesia portuguesa .

9. A situação de extrema fraqueza política em que se encontra o proletariado português, caracterizada pelo fraco nível de consciência de classe, pela debilidade organizativa ao nível da luta fabril e de empresa, da luta sindical e da luta política e, pela inexistência de uma memória colectiva das suas lutas e das suas experiências de poder, para a qual contribuiu toda uma política de conciliação de classes , traduzida na luta anti-fascista e eleitoralista , com a qual as organizações reformistas colocaram durante anos e anos certas camadas do proletariado português a reboque dos interesses de classe da pequena e média burguesia o que o impediu de tomar consciência dos seus próprios interesses de classe, levou a que o papel das classes trabalhadoras na actual fase da luta de classes em Portugal não fosse além do mero reforço e avanço da luta reivindicativa .

II - COMO LUTAR

10. Daqui resulta a necessidade da definição de um conjunto de objectivos políticos, estratégicos e táticos para a luta do proletariado português capaz de o fazer sair do aspecto actual do "anti-fascismo" reformista : o seguidismo em relação ao M.F.A., a mera defesa das liberdades adquiridas, o travão às lutas dos trabalhadores e à iniciativa das massas populares e o privilegiar das cúpulas políticas (o Governo Provisório e os directórios partidários) e sindicais (a Intersindical e as direcções sindicais) .

11. É, portanto, necessário avançar na definição de um projecto político que constitua uma alternativa concreta ao reformismo e à política de conciliação de classes. Tal projecto não avança com uma mera crítica teórica, nem fora da luta de massas, tal projecto político

só pode ser forjado na luta de massas, com novas formas de luta, com novos objectivos de luta que desafiem a exploração e a opressão capitalistas em todos os seus aspectos.

12. Há que saber enquadrar a luta democrática, que tacticamente se deve traduzir na exigência do cumprimento integral do programa do M.F.A. em estreita articulação com os momentos de ruptura anti-capitalista que a luta dos trabalhadores for criando, nos objectivos estratégicos da luta de classe do proletariado e há que concebê-la como uma forma de trazer para o campo da luta anti-capitalista controlada politicamente pelos operários industriais e agrícolas, as camadas não-proletarizadas nela interessadas.

As efectivas concretizações do programa do Movimento das Forças Armadas, os verdadeiros golpes da máquina fascista ficam-se a dever à capacidade de luta e à iniciativa demonstradas pelas massas trabalhadoras. Isto é, travando e limitando as lutas e a iniciativa política das massas trabalhadoras não só não é possível o cumprimento do programa das Forças Armadas, como se abrem as portas à reacção e a todas as manobras da burguesia no sentido de liquidar as conquistas populares.

13. a) Se o proletariado português se encontra numa situação de grande fraqueza política e organizativa

b) se o momento democrático que vivemos é transitório;

c) se as liberdades democráticas não são um fim em si, mas apenas um meio através do qual se pode reforçar a organização e a luta das classes trabalhadoras contra a exploração e a repressão capitalistas.

Então parece que no actual momento político é fundamental para a classe operária, e para os trabalhadores em geral, reforçar, com base numa estratégia ofensiva, a maior margem de manobra conquistada nos locais de trabalho, nos sindicatos e em todos os locais onde é possível levar por diante um debate político entre os trabalhadores, como forma de tentar institucionalizar a crise de dominação política da burguesia portuguesa e, simultaneamente, como forma de preparar, desde já, a continuação da luta sob novas formas de repressão e enquadramento político mais autoritárias.

14. Parece portanto fundamental, neste momento, para a classe operária, não ficar fechada na sua luta fabril e reivindicativa. É, neste momento, fundamental saber lutar em todas as frentes da luta anti-capitalista e saber articular todas essas frentes, numa perspectiva imediatamente política.

É necessário articular a luta contra a exploração capitalista nos locais de trabalho com a luta contra os prolongamentos dessa exploração numa habitação, em transportes e numa assistência médica ao serviço do lucro. A articulação destas lutas em torno dos interesses imediatos das classes tem de ser levada a cabo fazendo, a cada momento, solidificar as perspectivas socialistas que necessariamente vão criando.

15. A luta nos locais de trabalho tem cada vez mais que se colocar numa perspectiva de confrontação de poder, dum lado o poder do patronato do outro o poder dos trabalhadores. É necessário, por um lado, ultrapassar, através da organização operária nos locais de trabalho e duma permanente discussão política, as ilusões da luta económica-reivindicativa e, por outro lado, avançar decisivamente no controle e fiscalização operários da gestão capitalista como forma de erguer um dique de poder às manobras do patronato, sem esquecer que para tal é necessário recusar e subverter o jogo patronal das comissões de empresa, dos conselhos de trabalhadores e das co-gestões, e que para o subverter é preciso lá estar, é preciso não ter medo de "sujar as mãos".

16. Só com uma forte organização operária nos locais de trabalho é possível responder à inevitável reconversão capitalista da indústria e da agricultura.

Não é possível no campo meramente sindical responder a este processo de reconversão capitalista da produção. Só a colocação da luta de empresa como uma confrontação de poder pode levar a respostas eficazes aos efeitos principais desta reconversão, os despedimentos, o aumento dos ritmos e cargas de trabalho, a desqualificação profissional,...

A única forma de os trabalhadores portugueses não virem a pagar com esforço redobrado e com miséria a reconversão capitalista da indústria e da agricultura que a actual crise política torna inevitável é a de construir desde já uma solida organização autónoma nos locais de trabalho e imporem formas de fiscalização e controle da acção do patronato, nomeadamente no que diz respeito aos despedimentos, às horas extraordinárias, às mudanças de secção e de lugar e à utilização dos lucros.

17. Num momento em que uma massa enorme de trabalhadores nasce para o sindicalismo, e em que existem novas condições para o desenvolvimento da luta sindical é fundamental não minimizar o papel da luta sindical na luta de classes em Portugal.

É necessário por um lado, fortalecer as nossas posições, quer a nível de delegados, grupos de trabalho, quer a nível de direcção, para aí avançarmos decisivamente para um sindicalismo de base, organizado democraticamente, controlado em todos os seus aspectos pelos trabalhadores e que sirva para formar e fortalecer a consciencia política dos trabalhadores, o que só será possível se se tiverem presentes e se forem percebendo em cada luta as limitações da acção sindical.

É necessário, por outro lado tentar alargar essa experiencia de luta sindical a outros sectores e exprimi-la, enquanto posição da base, na intersindical de modo a construir uma corrente sindical não-refor-

mista, não controlada partidariamente, uma corrente que avance para um sindicalismo operário e autónomo, virado para a efectiva defesa dos interesses imediatos de classe dos trabalhadores.

18. a) Se o momento político que vivemos tem a sua origem fundamental nas vitórias alcançadas pelos povos das colónias.

b) se nas colónias, como aqui, a luta dos trabalhadores é contra a exploração e a opressão capitalista e contra um mesmo inimigo, a burguesia, ainda que nas colónias a exploração seja mais intensa e a opressão da burguesia mais violenta.

c) se a guerra colonial é uma guerra de repressão da justa luta dos trabalhadores e dos povos das colónias pela libertação do jugo colonialista

d) se os trabalhadores portugueses têm sido obrigados a participar nesta guerra, se têm sido obrigados a morrer nesta guerra, se a têm suportado materialmente com o seu trabalho

É tempo de os trabalhadores portugueses se colocarem resolutamente ao lado dos movimentos de libertação legítimos representantes dos povos das colónias, não por razões moralistas, mas porque disso depende o avanço da sua própria luta contra o capitalismo e da luta dos povos das colónias contra o colonialismo.

Mas será errado tentar avançar para uma acção operária anti-colonial específica, o caminho tem de ser o de partir das questões operárias concretas para a luta anti-colonial. Isto não quer dizer que não se deva dar especial atenção a todas as formas de luta anti-colonial, nomeadamente à recusa de participar na guerra, e a todo um trabalho de esclarecimento político acerca do colonialismo português, do verdadeiro significado da guerra colonial e das actuais manobras neo-colonialistas.

19. No actual momento político é decisivo para o avanço da luta dos trabalhadores que a organização e o debate político se estendam a aqueles que momentaneamente se encontram nas forças armadas, aos soldados e aos marinheiros. Sem a organização dos soldados e marinheiros forjada a partir de um debate político que lhes possibilite perceber como podem defender os seus interesses de classe enquanto militares, não será possível à classe operária e aos trabalhadores em geral, fazer cair para o seu lado possíveis conflitos, no seio das forças armadas.

20. Todos estes objectivos não podem avançar se não se der especial atenção à necessidade dum enorme esforço de formação política do proletariado português, de formação de militantes operários, e para tal é fundamental a consciência que os trabalhadores têm da sua própria debilidade política.

Parece assim que a criação de centros de iniciativa política nas zonas de habitação operária será um passo decisivo para cobrir essa necessidade. Estes centros teriam de conjugar um trabalho alargado de permanente informação e debate político, com um trabalho mais restrito e intensivo desitinado à formação de militantes operários.

256

informações
análise da situação actual
definição da linha política
Organização do OCS a nível nacional